

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Relatório Operacional

2025

Direção Nacional

Alin



Índice

Introdução.....	2
1 - Missão, visão e valores.....	5
2 - Enquadramento legal.....	6
3 - Abrangência geográfica.....	7
4 – Estrutura organizacional.....	8
5 – Contexto externo.....	9
6 – Orientações estratégicas	10
7 – Objetivos operacionais	14
8 – Recursos humanos	23
9 – Recursos financeiros.....	25
10 – Demonstrações financeiras, notas explicativas e parecer do Conselho Fiscal	26
11 – Apêndices	42
Apêndice 1 – Rede Nacional de Apoio	43
Apêndice 2 – Serviços da Sede Nacional.....	44
Apêndice 3 – Delegações	46
Apêndice 4 – Associados	52
SIGLAS.....	55

Introdução

De acordo com o que está estatutariamente definido no artigo 41.º, alínea d), vem a Direção Nacional (DN) trazer à apreciação e aprovação da Assembleia Geral Nacional Ordinária (AGNO) o seu relatório operacional referente ao ano de 2025, em consonância com o n.º 1 do artigo 27.º dos Estatutos da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA).

O ano de 2025 foi atípico para a ADFA, quer a nível interno, quer externo, uma vez que se realizaram eleições intercalares para os Órgãos Sociais Nacionais (OSN) no segundo semestre do ano e, também, a nível nacional se realizaram eleições legislativas no primeiro semestre, factos que condicionaram o desenvolvimento de algumas atividades e iniciativas programadas pela DN. Do ato eleitoral intercalar resultou a eleição dos novos OSN, que, em tudo, deram continuidade aos princípios programáticos já apresentados em 2024 aquando das eleições de 26 de outubro.

Em tais princípios, avolumou-se a necessidade imperiosa de dar voz aos associados, ou a grupos seus, que entendessem debater o futuro da ADFA, tal como se tomou a peito a vontade de, em definitivo, se encontrar a solução mais apropriada, objetiva e pragmática para os processos relacionados com a Quinta das Camélias e com o projeto do Instituto de Reabilitação ADFA (IRA), no Porto.

Este ano foi ainda marcado por uma intensa atividade interinstitucional, reforço da representatividade e consolidação do papel da ADFA enquanto interlocutor incontornável na defesa dos direitos dos Deficientes das Forças Armadas (DFA) e dos deficientes militares, em geral. Num contexto marcado por exigências sociais acrescidas e por desafios estruturais na área da proteção social e da saúde, a Associação manteve uma presença ativa, determinada e construtiva junto dos Órgãos de Soberania, das Forças Armadas, das autarquias, das organizações da sociedade civil e das estruturas representativas das pessoas com deficiência.

No plano da representatividade e da defesa de direitos, destacam-se as audiências e reuniões de trabalho realizadas com responsáveis governativos e dirigentes da área da Defesa Nacional, designadamente a audiência com o Ministro da Defesa Nacional, Dr. Nuno Melo, ocasião em que lhe foi entregue o “Caderno Reivindicativo”, aprovado em Assembleia-Geral Nacional. Foram igualmente relevantes as audiências com o Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional, Tenente-General Fernando de Campos Serafino, com o Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA), Tenente-General Luís António Morgado Baptista, bem como as diversas reuniões técnicas, com o Diretor da Assistência na Doença aos Militares (ADM), Capitão-de-Mar-e-Guerra António Cardoso da Silva, com o Diretor-Geral dos Recursos Humanos da Defesa Nacional, Major-General Rui Tendeiro, com o Diretor do Hospital das Forças Armadas (HFAR), Brigadeiro-General José Monge e com o Diretor do Laboratório Nacional do Medicamento (LNM), Coronel Farmacêutico João Carmo.

Neste âmbito, é de salientar a audiência tida com a Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, Dra. Clara Marques Mendes, e a visita que este membro do Governo fez à sede da ADFA.

A DN, esteve ainda presente em alguns eventos e cerimónias para os quais, foi expressamente convidada, nomeadamente pelo Ministério da Defesa Nacional, conforme se indica:

- Assinatura, no âmbito da criação da “Task Force”, ao abrigo do protocolo de colaboração entre o Ministério da Defesa Nacional e a Ordem dos Advogados;
- Tomada de posse dos novos ordinário Castrense, D. Sérgio Dinis, tal como dos Diretores-gerais de Recursos Humanos da Defesa Nacional, Major-General Rui Tendeiro, e do Armamento e Património, Dr. António José Batista.

A participação na reunião do Grupo de Acompanhamento do Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares (PADM), no Ministério da Defesa Nacional, constituiu momento particularmente significativo para o acompanhamento das políticas públicas dirigidas aos nossos associados. Também no domínio legislativo e político-partidário, a ADFA reuniu com grupos parlamentares e recebeu visitas de partidos no âmbito das eleições legislativas, reafirmando a sua postura apartidária, mas firmemente empenhada na promoção dos direitos consagrados na lei. De igual forma, a ADFA teve reuniões pontuais com os grupos parlamentares no âmbito da discussão e apresentação do Orçamento de Estado para o ano de 2026, o que motivou por parte dos diferentes deputados a interpelação direta ao Ministro da Defesa Nacional, sobre o financiamento previsto para a causa dos Deficientes das Forças Armadas (DFA), quando este se apresentou em audição no plenário da Assembleia da República (AR).

A dimensão simbólica e institucional da nossa intervenção ficou igualmente expressa na presença em cerimónias oficiais evocativas da memória coletiva e da construção democrática, como as sessões comemorativas do 51.º Aniversário do 25 de Abril de 1974 e o 50.º do 25 de Novembro de 1975, na AR, e na inauguração da exposição “*Haverá Eleições, 1975: As primeiras eleições livres em Portugal*”, na Fundação Calouste Gulbenkian (FCG). A própria ADFA promoveu, na sua Sede Nacional, a exposição “*Democratizar, Descolonizar e Desenvolver*”, reforçando o seu compromisso com a preservação da memória histórica e com os valores de Abril.

No âmbito da cooperação institucional com entidades da sociedade civil, a ADFA marcou presença em múltiplas iniciativas promovidas por câmaras municipais, juntas de freguesia e outras entidades públicas, consolidando redes de proximidade e colaboração. Assinala-se, entre outras, a participação nas comemorações municipais do 25 de Abril, em cerimónias de homenagem a militares falecidos e em eventos culturais e académicos dedicados às temáticas da guerra, da descolonização e da cidadania.

No domínio das instituições e organizações de e para pessoas com deficiência, a ADFA manteve uma participação ativa no Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Me-CDPD), integrando reuniões do respetivo Conselho Consultivo e contribuindo para o acompanhamento das políticas públicas nesta matéria. De realçar, a participação da ADFA no Conselho Consultivo para as Pessoas com Necessidades Específicas, da CP- Comboios de Portugal I.P., do qual é membro permanente e onde se abordam questões relacionadas com a acessibilidade ao transporte ferroviário. Reforçou ainda a ADFA a colaboração com o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR, I.P.), quer ao nível das reuniões regulares com as Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência (ONGPD), quer no âmbito da preparação das comemorações do Dia Internacional

ARL P
J
h 25

das Pessoas com Deficiência 2025 e da dinamização do projeto de sensibilização “Quebrar Barreiras Vivenciando a Deficiência”.

A cooperação com associações congéneres e estruturas representativas de militares constituiu outro eixo fundamental da ação desenvolvida pela nossa Associação. A presença regular em iniciativas promovidas pela Liga dos Combatentes (LC), pela Associação Nacional de Sargentos (ANS), pelo Clube do Sargento da Armada, pelo Clube de Praças da Armada e por outras associações de militares, evidenciou a importância de uma atuação articulada na valorização da condição do deficiente das Forças Armadas, do combatente e na defesa dos seus direitos sociais, médicos e honoríficos. A participação nas comemorações do Dia Nacional do Combatente e noutras cerimónias militares reafirmou o respeito pela memória, pelo sacrifício e pelo serviço à Pátria.

No plano internacional, destaca-se a resposta ao convite da World Veterans Federation (WVF), para participação na conferência “*Health and Well-being of Veterans and Former Resistance Fighters*”, realizada em Rabat, sublinhando a inserção da ADFA na rede global de reflexão sobre a saúde e o bem-estar dos veteranos.

A ligação ao meio académico e científico foi igualmente fortalecida através da cooperação com Faculdade de Medicina e de Psicologia da Universidade de Lisboa, com o Instituto Universitário Militar e com investigadores nacionais e estrangeiros, contribuindo a ADFA com testemunhos, entrevistas e apoio a projetos de investigação sobre políticas públicas de proteção social, assistência na doença aos militares e memória histórica.

No plano interno, assinala-se a conclusão do processo de descrição do arquivo histórico da ADFA, anteriormente localizado na Quinta das Camélias, e que agora passou a estar acessível ao público através da base de dados do Arquivo da Defesa Nacional (ADN) e do Portal das Instituições de Memória do Ministério da Defesa Nacional, reforçando a transparência e a preservação da memória organizacional.

As Delegações procuraram manter um papel fundamental na proximidade aos associados, desenvolvendo e promovendo eventos de convívio associativo, nomeadamente assinalando as datas de fundação de Delegação e época natalícia, assegurando o atendimento descentralizado, reforçando a coesão interna e o espírito associativo.

Finalmente, a sessão solene comemorativa do 51.º Aniversário da ADFA constituiu um momento alto da vida associativa, celebrando mais de meio século de luta pelos direitos, dignidade e reconhecimento dos deficientes das Forças Armadas.

Em suma, 2025 foi um ano de consolidação institucional, diálogo com os decisores políticos e reforço de parcerias, reafirmando o compromisso com a inclusão, a justiça social e a memória histórica. A ação desenvolvida traduz a continuidade da missão de defender, representar e dignificar aqueles que, no cumprimento do dever, ficaram marcados pela guerra ao serviço de Portugal.

Mirer *AF*
✓

1 - Missão, visão e valores

Missão	•Assegurar os direitos dos deficientes militares, reivindicando e desenvolvendo condições que possibilitem o pleno exercício da cidadania. Prosseguir com ações de cariz social e contribuir para a resolução das questões dos associados.
Visão	•Garantir e reforçar o reconhecimento como entidade representativa de defesa dos direitos dos deficientes militares.
Valores	•Igualdade •Liberdade •Inclusão Social •Responsabilidade social •Solidariedade •Participação

2 - Enquadramento legal

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas foi fundada, em 14 de maio de 1974, é uma associação livre e independente, considerada pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública, por referência difundida através do Diário da República, n.º 114, de 19 de maio de 1981.

A ADFA tem sede em Lisboa e é constituída por doze delegações, distribuídos por todo o continente e pelas regiões autónomas, das quais emergiram vários núcleos.

Os estatutos atualmente em vigor foram aprovados pela Assembleia-Geral Nacional Extraordinária, de 17 de outubro e 5 de dezembro de 2015, e as suas alterações constam da escritura pública outorgada em 30 de março de 2016, no Cartório Notarial de Lisboa (Joaquim Mendes Lopes), e lavradas no livro 194 - A, a fls. 80.

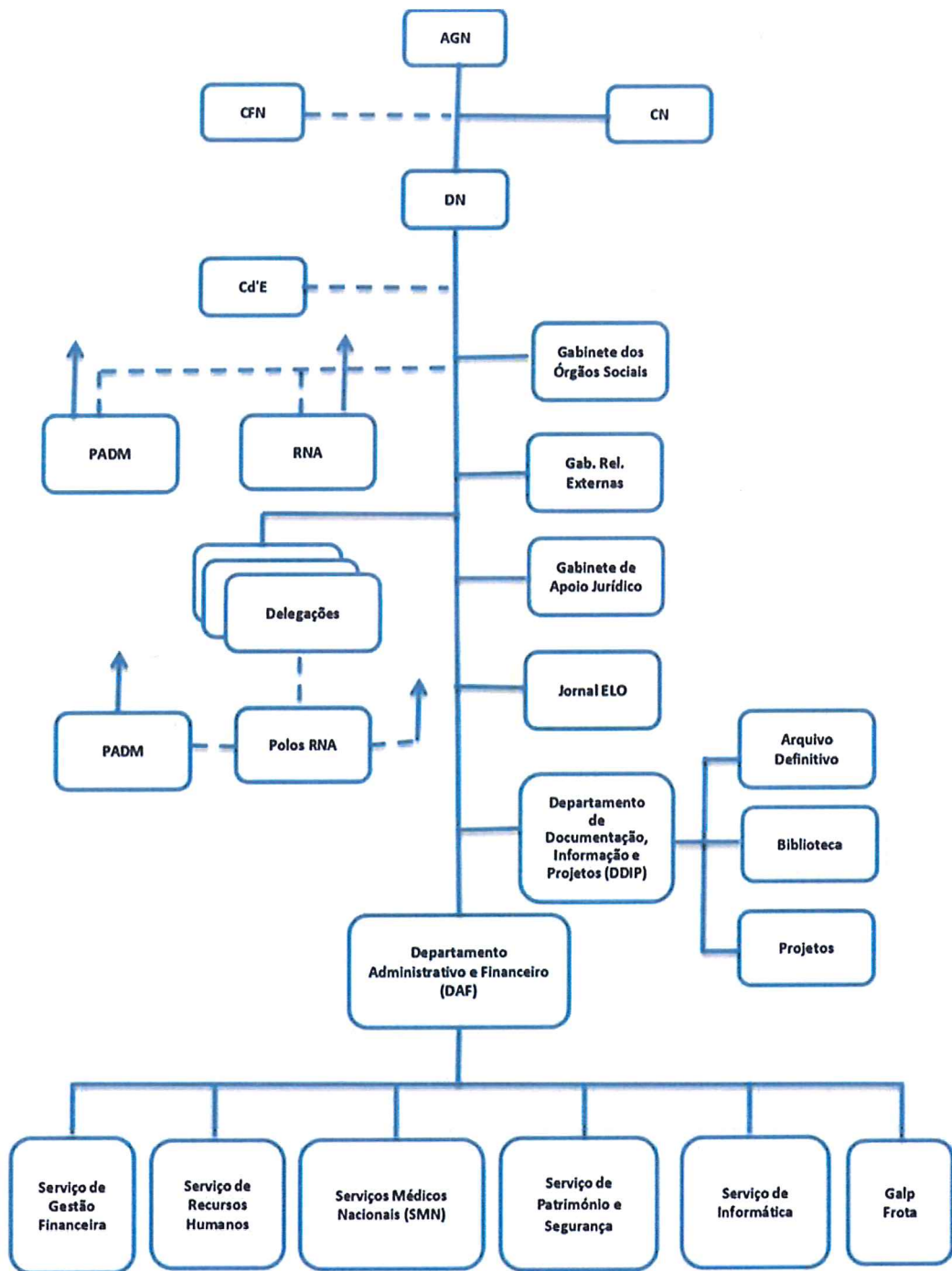
Os estatutos encontram-se publicados no sítio oficial da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, em: <http://www.adfa-portugal.com> e em <http://www.publicacoes.mj.pt>, com a indicação do Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC) e a digitação do código de validação.

3 - Abrangência geográfica

A abrangência geográfica da ADFA estende-se por todo o Portugal continental, com Delegações em Bragança, Vila Nova de Famalicão, Porto, Viseu, Coimbra, Castelo Branco, Lisboa, Setúbal, Évora e Faro e pelas Regiões Autónomas dos Açores (Ponta Delgada) e da Madeira (Funchal).

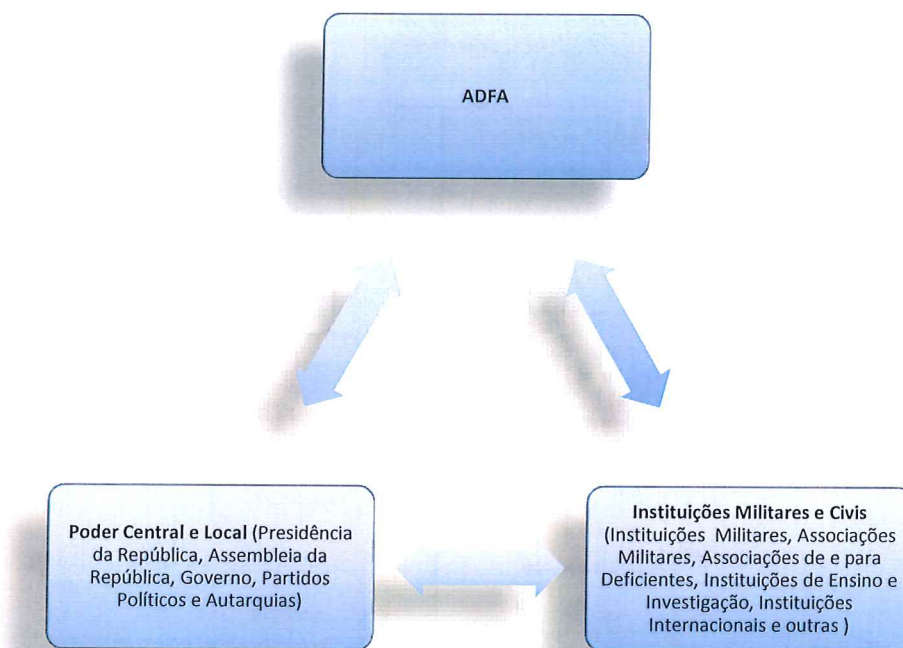


4 – Estrutura organizacional



5 – Contexto externo

A ação da ADFA com o meio envolvente externo é diversificada e abrangente, compreendendo uma cooperação assídua com as instituições governamentais, militares e civis, em torno das quais se centra a atuação da Associação, a seguir exemplificada.



6 – Orientações estratégicas

Os principais eixos estratégicos da ADFA para o triénio de 2025-2027 são:

Orientações estratégicas 2025-2027	
Eixos	Objetivos
Eixo 1 – Defesa dos interesses superiores dos deficientes das Forças Armadas	1 - Promover a clarificação “do “<i>Conceito de Campanha</i>”, inscrito no n.º 2 do art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 43/76”, para garantir a inclusão dos deficientes militares que adquiriram deficiências nas zonas operacionais das três frentes da Guerra Colonial; 2 – Garantir a equiparação das pensões dos deficientes militares e das suas viúvas ao Complemento Solidário para Idosos; promover uma decisão que assegure que os valores das pensões sejam, no mínimo, equiparados ao montante estipulado pelo Decreto-Lei n.º 35/2024, de 21 de maio, definido pela Portaria n.º 154-A/2024, de 22 de maio, garantindo assim maior justiça e dignidade social; 3 – Aplicar a Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG) à Prestação Suplementar de Invalidez (Subsídio de Terceira Pessoa), prevista no art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 43/76, em conformidade com o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 380/2024, com força de Lei e produzido em 14 de maio de 2024, assegurando que o subsídio seja ajustado ao valor da RMMG, reforçando a proteção social das pessoas com deficiência; 4 – Implementar, o “modo de processamento nas pensões e reformas extraordinárias dos DFA’s, a partir de Julho de 2024, relativamente a equiparação constante dos art.os 9.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 43/76, e correspondentes aos aumentos do Suplemento da Condição Militar;”
Eixo 2 – Saúde dos deficientes militares	1 - “Manter, por força das disposições do Decreto-lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, do Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de Setembro e Portaria n.º 1034/2009, de 11 de Setembro, permanente alerta e vigorosa intervenção, em relação a todo o tipo de dificuldades, más práticas ou

[Assinatura]

*Agência
de
[Assinatura]*

omissões existentes nas diversas estruturas dos Serviços de Saúde Militar, seja na eficiência e prioridade no atendimento em consultas ou outro tipo de tratamentos, bem como intervir intensamente contra a desnecessária morosidade na prescrição e atribuição de material protésico e restantes meios de apoio, com vigilante e eficaz cuidado na sua qualidade e posterior controlo médico”

2 - Aperfeiçoar a gestão e a “prestação dos cuidados de saúde aos associados, por parte dos Serviços Médicos Nacionais (SMN), lançando novos serviços, consultas e tratamentos nos SMN, bem como prosseguir o processo de delegação da gestão da ADFA e ainda a adaptação do espaço onde eles se encontram localizados no prazo de cinco anos, de acordo com a legislação em vigor”.

**Eixo3 – Gestão
interna**

1 - Retomar o processo da “Revisão Estatutária”, no intuito de adequar a orgânica e estruturas da ADFA às atuais e futuras necessidades, atendendo à real situação, idade e mobilidade dos seus associados.

2 – Adaptar as instalações da Sede e Delegações às atuais e futuras realidades associativas pugnando para que todas elas se mantenham abertas, com dirigentes e quadros de pessoal ajustados às reais carências e procura dos associados;

3 - Incrementar a “dinâmica e empenhamento dos dirigentes nacionais que, por força da eventual dificuldade da congregação de elementos para apresentação de listas candidatas aos futuros atos eleitorais regionais, tenham que assumir, a partir da Sede Nacional, a gestão associativa e o apoio pessoal aos associados residentes nessas áreas;”

4 – “Proporcionar a intensificação da sensibilidade e interesse solidário dos dirigentes nacionais e das Delegações para que, com a colaboração dos serviços sociais, se acorra às necessidades dos associados já retidos em casa por evolução das respetivas incapacidades e redução da sua autónoma mobilidade;”

Art. 1º
M. 100
M. 100

	5 - Proceder à avaliação e atualização dos valores patrimoniais da ADFA, procurando a sustentabilidade e a racionalização dos recursos, com objetivo de ampliação da capacidade da Associação e desenvolver projetos de saúde e reabilitação.
Eixo 4 – Relações institucionais	1 – Manter e fortalecer as relações interinstitucionais com entidades políticas e militares, com especial ênfase no estreitamento dos vínculos com as Forças Armadas, promovendo a construção de parcerias estratégicas; 2 - Aprofundar os laços de cooperação e solidariedade com organizações direcionadas para a problemática da deficiência, com o intuito de partilhar experiências e desenvolver iniciativas conjuntas que visem a promoção da inclusão social.
Eixo 5 – Cooperação com organizações internacionais	1 - Consolidar e ampliar o relacionamento estruturado com as organizações internacionais, designadamente com a <i>The World Veterans Federation</i>, promovendo iniciativas conjuntas e fortalecendo parcerias estratégicas; 2 - Reforçar e dinamizar a cooperação com organizações dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), em especial com a Associação dos Deficientes das Forças Armadas Portuguesas em Maputo (ADFAPM), incentivando a troca de experiências e a realização de projetos colaborativos.
Eixo 6 – Memória futura e encontros associativos	1 - Valorizar a história associativa no sentido de “aligeirar, inovar, aprofundar e expandir a informação, a todos os níveis, desde a renovação da imagem e conteúdos do jornal ELO, da parceria com o Ministério da Defesa Nacional, no que se refere ao projeto “Repositório da Memória- Contributos para a História de Portugal”, da parceria com a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e o Externato Infante D. Henrique, no que concerne ao “Museu da Guerra Colonial”, tal como no uso das recentes e universais redes sociais;”

André
SP

2 – “Incentivar, junto das Delegações, a prática dos encontros e convívios associativos, continuando a Comemoração dos seus Cinquentenários, tal como os que se tornam referência para a ADFA:

- Da luta, iniciada em 20 de Setembro de 1975, e posterior publicação do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro; e,
- Da aprovação da Constituição da República Portuguesa, acontecida a 02 de Abril de 1976.”

Fonte: Programa eleitoral para o triénio de 2025-2027

7 – Objetivos operacionais

Os objetivos operacionais da ADFA referentes ao ano de 2025 abrangeram um vasto conjunto de áreas, com destaque, em primeiro lugar, para a defesa dos direitos dos deficientes militares e seus familiares. A ADFA também prosseguiu com objetivos operacionais no âmbito social, da Rede Nacional de Apoio (RNA), do fortalecimento das relações interinstitucionais e internacionais.

A definição dos objetivos operacionais teve por base as diferentes áreas funcionais da Associação, encontrando-se estruturados em torno dos eixos consagrados no plano estratégico da DN para o triénio 2025-2027. As principais preocupações da ADFA concentram-se, fundamentalmente, na defesa dos direitos dos deficientes militares, na saúde e do envelhecimento, com ênfase para as dificuldades decorrentes do envelhecimento do universo associativo. No campo legislativo, a ADFA priorizou a defesa e a preservação dos direitos dos deficientes militares. Neste contexto, destacaram-se as ações elencadas nos objetivos n.º 1 a 3, nos quais se incluem as questões da saúde.

Defesa intransigente da legislação em vigor					
N.º	Objetivo	Previsto	Realizado	Desvio	Grau de execução
1	Cumprir integralmente as medidas estabelecidas no caderno reivindicativo aprovado na Assembleia Geral Nacional Ordinária de 1 de abril de 2023, priorizando os seguintes objetivos:	15	11	-4	73,3%
1 a)	Garantir que as pensões dos Deficientes Militares e das suas Viúvas sejam equiparadas, no mínimo, ao valor do "Complemento Solidário para Idosos", conforme estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 35/2024, de 21 de maio, e regulamentado pela Portaria n.º 154-A/2024/1, de 22 de maio.	5	11	6	220%
1 b)	Clarificar o conceito de "Campanha", previsto no n.º 2 do art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 43/76, para incluir os deficientes militares que adquiriram deficiências nas zonas operacionais das três frentes da Guerra Colonial, solicitando ao Ministro da Defesa Nacional, nos termos do art.º 19.º, que promova a devida atualização.	4	11	7	275%
1 c)	Garantir que seja aplicada a Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG) à Prestação Suplementar de Invalidez (Subsídio de Terceira	3	11	8	366%

Relatório Operacional | 2025

	Pessoa), conforme previsto no art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 43/76, em observância ao disposto no Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 380/2024, com força de lei desde 14 de maio de 2024.				
1 d)	Pugnar para que seja implementado o modo de processamento nas pensões e reformas extraordinárias dos DFA's, a partir de julho de 2024, garantindo a equiparação estabelecida nos artigos 9.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de janeiro, incluindo os aumentos referentes ao Suplemento da Condição Militar.	5	11	6	220%
Saúde					
N.º	Objetivo	Previsto	Realizado	Desvio	Grau de execução
2	Garantir a eficiência, a prioridade no atendimento, e a qualidade dos serviços de saúde militar, intervindo contra as más práticas, atrasos na prescrição de próteses e produtos de apoio, assegurando o acompanhamento médico adequado.	6	6	0	100%
3	Aperfeiçoar a gestão e a prestação dos cuidados de saúde aos associados na sede nacional, através da ampliação de serviços, consultas e tratamentos nos Serviços Médicos Nacionais (SMN), assegurando a continuidade do processo de colaboração na gestão da ADFA, assim como da adaptação do espaço dos serviços, em conformidade com a legislação vigente.	2	3	1	150%

As metas inicialmente definidas para os objetivos 1 a) e 1 b) não foram alcançadas, uma vez que não foi concedida à ADFA a oportunidade de expor, junto do MDN, os assuntos em questão.

No âmbito da representatividade e defesa dos direitos, a ADFA desenvolveu intensa ação institucional junto do MDN, com audiências e reuniões de trabalho com o Ministro Nuno Melo, com o Secretário-Geral e a diversos Diretores-Gerais, nas quais se debateram matérias estruturantes como o reconhecimento e qualificação de DFA, o PADM, a ADM e a entrega do Caderno Reivindicativo aprovado em AGNO. A ADFA reforçou igualmente o diálogo democrático com vários Grupos Parlamentares na AR e marcou presença em sessões solenes evocativas do 25 de Abril e do 25 de Novembro, bem como em iniciativas sobre memória, descolonização e

Relatório Operacional | 2025

direitos humanos, incluindo eventos na FCG, afirmando-se como interlocutor credível na definição de políticas públicas para os deficientes militares.

Clarificação do atual edifício estatutário					
N.º	Objetivo	Previsto	Realizado	Desvio	Grau de Execução
4	Continuar o processo da "Revisão Estatutária", com o intuito de adequar a orgânica e estruturas da ADFA às atuais e futuras necessidades, atendendo à real situação, idade e disponibilidade dos seus associados.	1	1	0	100%
5	Organizar encontros, debates e sessões de esclarecimento e convívios nas Delegações, dando continuidade às celebrações dos aniversários, festas de Natal e outras datas significativas do contexto associativo, fortalecendo os laços de convivência e promover a solidariedade.	27	29	2	107%
6	Intensificar a sensibilidade e o interesse solidário dos dirigentes nacionais e das Delegações, com o apoio dos serviços sociais, para atender às necessidades dos associados que, devido à evolução das suas incapacidades e redução da mobilidade, se encontram confinados em casa.	5	6	1	120%
7	Participar em palestras temáticas sobre a Guerra Colonial, o 25 de Abril e a ADFA a realizar pela DN e Delegações ou a convite de outras instituições.	5	8	3	160%
8	Implementar e (re)criar um conjunto atividades (jogos, pintura, Yoga, visitas culturais e palestras) a desenvolver no espaço da sede nacional com o intuito de promover o envelhecimento saudável e fortalecer o convívio e a sociabilidade entre pares.	66	0	-66	0%
9	Disponibilizar <i>online</i> , no âmbito do Arquivo Definitivo da ADFA, a documentação das diversas séries documentais que se encontram dentro do prazo de acesso público estabelecido pela Associação, assegurando a sua divulgação, acessibilidade e transparência.	7	7	0	100%

A Delegação de Lisboa não conseguiu concretizar o objetivo n.º 8, em virtude da desistência de participantes e do número insuficiente de inscrições que justificassem a realização das ações

Relatório Operacional | 2025

previstas. Acresce ainda a inexistência de um espaço adequado para a sua implementação. Assim, este objetivo transita para o ano de 2026.

O Arquivo Histórico/Definitivo da ADFA foi integrado no ADN, ao abrigo de um acordo estabelecido em junho de 2023 entre a Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (MDN) e a Associação, constituindo um fundo próprio que abrange o período de 1974 a 2020, que se encontrava na Quinta das Camélias no antigo Quartel da Escola Prática de Administração Militar (EPAM).

Durante o ano de 2025 procedeu-se à inventariação da documentação, processo que permitiu identificar e organizar 34 séries documentais, num total de 521 processos, bem como uma coleção de fotografias em fase de tratamento.

O acervo reúne documentos produzidos desde a fundação da ADFA, incluindo atas, relatórios, correspondência, fotografias do jornal ELO¹, registos de reuniões, documentação relativa a ações de apoio aos associados, iniciativas de reabilitação e inserção profissional, bem como o material iconográfico relacionado com a intervenção cívica e social da Associação.

Trata-se de um arquivo de natureza predominantemente administrativa que, pela sua relevância histórica, proporciona uma perspetiva particularmente significativa sobre o movimento associativo em Portugal, do qual a ADFA foi pioneira. De caráter dinâmico, continuará a ser atualizado e enriquecido através da integração de documentação adicional proveniente do fundo e subfundos da ADFA.

Património e gestão					
N.º	Objetivo	Previsto	Realizado	Desvio	Grau de execução
10	Adequar as estruturas e a logística da sede e Delegações da ADFA às necessidades de gestão e mobilidade dos associados, promovendo o suporte às limitações físicas e psicológicas.	2	3	1	150%
11	Promover a inclusão ativa das associadas viúvas nos Órgãos Sociais Nacionais e nas Delegações da ADFA, incentivando à sua participação na defesa dos direitos e reconhecimento do seu papel.	3	3	0	100%
12	Garantir um planeamento financeiro eficiente para a gestão do património da ADFA, de modo a prosseguir com a sua missão, bem como	2	2	0	100%

¹ Processo em tratamento.

Relatório Operacional | 2025

	identificar e otimizar o uso dos bens que já não são necessários para suas atividades.				
13	Renovar e atualizar o parque informático da ADFA (hardware e software), para uma melhor performance dos equipamentos.	4	8	4	200%
14	Atualizar a plataforma de Gestão Integrada de Sócios (GIS) para uma maior rentabilização dos dados.	10	12	2	120%
15	Alterar faseadamente o sistema de iluminação do edifício da sede nacional para led.	10	10	0	100%
16	Atualizar o sistema CCTV (<i>Clause-circuit Television</i>) no exterior do edifício da sede nacional.	1	1	0	100%

Ao nível das Delegações e da gestão interna, salientam-se as comemorações dos aniversários das Delegações, os convívios e as homenagens aos associados, o reforço do atendimento em Setúbal e em Castelo Branco, a inventariação documental da Delegação de Setúbal e a reorganização dos serviços, incluindo o reinício pleno da fisioterapia através de contrato externo.

Ainda neste contexto, realizaram-se eleições intercalares para o mandato 2025-2027, reuniões regulares dos órgãos nacionais, designadamente o Conselho de Executivos (CdE), Conselho Nacional (CN) e AGNO, e medidas de valorização laboral, como a redução do horário semanal para 35 horas. A celebração do 51.º aniversário da ADFA e diversas iniciativas culturais e evocativas reforçaram a coesão interna, a memória coletiva e a sustentabilidade organizativa da Associação.

Relacionamento interinstitucional e externo da ADFA					
N.º	Objetivo	Previsto	Realizado	Desvio	Grau de execução
17	Fortalecer e ampliar o relacionamento com as organizações internacionais, designadamente com a <i>The World Veterans Federation</i> (WVF), no sentido de promover iniciativas conjuntas e reforçar as parcerias estratégicas.	2	2	0	100%
18	Reforçar e dinamizar a cooperação com organizações dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), em especial com a Associação dos Deficientes das Forças Armadas	2	5	3	250%

Relatório Operacional | 2025

	Portuguesas em Maputo (ADFAPM), Moçambique.				
19	Prosseguir com o estreitamento de relações com as Forças Armadas, nomeadamente com o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), com os Ramos e com as forças de segurança.	6	16	10	267%
20	Prosseguir o estreitamento de contactos com as autarquias locais, organizações de e para deficientes, de antigos combatentes e Associações de Militares.	24	647		2696%

No âmbito da cooperação interinstitucional, a Associação fortaleceu a articulação com o IASFA, a ADM, o Hospital das Forças Armadas (HFAR), o LNM e diversas estruturas do MDN, participando em conselhos consultivos e reuniões técnicas. Essa colaboração estendeu-se também às autarquias nas áreas de abrangência das respetivas Delegações e a organismos ligados à memória histórica.

A nível internacional, manteve relações informativas com a Federação Mundial de Antigos Combatentes (FMAC)/World Veterans Federation (WVF) e com a ADFA-PM, reforçando a dimensão externa da sua atuação. Relativamente aos PALOP, a ADFA prestou apoio a investigação académica angolana sobre políticas públicas de proteção social a antigos combatentes e deficientes de guerra, reforçando laços de cooperação no espaço lusófono.

Na relação com as Associações e Organizações de e para pessoas com deficiência, a ADFA manteve uma intervenção ativa junto do INR, I.P., participando em grupos de trabalho, processos legislativos, programas de financiamento e na preparação da Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (ENIPD) 2026-2030, bem como nas comemorações do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Articulou-se também com o Comité Paralímpico de Portugal (CPP), a Confederação Nacional de Organizações de Pessoas com Deficiência (CNOD), a Associação Portuguesa de Deficientes (APD) e o Centro de Vida Independente (CVI), participando em congressos, galas, torneios e debates sobre inclusão, desinstitucionalização e direitos humanos, reforçando a visibilidade pública das questões da deficiência em contexto militar.

Ao nível das organizações e associações de militares, a ADFA esteve presente em cerimónias e efemérides, nomeadamente nas iniciativas da LC, Associação de Comandos, Associação dos

Relatório Operacional | 2025

Oficiais das Forças Armadas (AOFA), Clube do Sargento da Armada, Sociedade Histórica da Independência de Portugal (SHIP) e outras estruturas, integrando comissões de homenagem nacional aos deficientes militares e combatentes e contribuindo para a preservação da memória histórica, identidade militar e reconhecimento público dos que serviram Portugal.

No âmbito da cooperação com as escolas e universidades, a ADFA acolheu visitas de estudo das Faculdades de Medicina e de Psicologia da Universidade de Lisboa, colaborou com o Instituto Universitário Militar e apoiou projetos científicos e artísticos sobre luto, memória e guerra colonial, promovendo a reflexão crítica e a sensibilização das novas gerações para as consequências humanas dos conflitos, em específico da Guerra Colonial. Colaborou ainda em projetos de investigação académica e institucional sobre a governação do subsistema de saúde militar e na adequação das respostas sociais aos antigos combatentes.

Rede Nacional de Apoio					
N.º	Objetivo	Previsto	Realizado	Desvio	Grau de Execução
21	Proceder à realização e acompanhamento de antigos combatentes e familiares nas valências de Clínica Geral, Psicologia, Psiquiatria e Serviço Social.	2000	2012	12	100,6%
22	Desenvolver uma ação de promoção e divulgação.	1	0	- 1	0%

No quadro da RNA, em 2025 não se verificaram as condições necessárias para a concretização da ação de promoção e divulgação (objetivo n.º 22), a qual transita para 2026.

Projetos					
N.º	Objetivo	Previsto	Realizado	Desvio	Grau de Execução
23	Desencadear o processo de candidatura ao Programa de Financiamento a Projetos para 2026, pelo INR, I.P., bem como ao Apoio ao Funcionamento 2026, ambos direcionados para as Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência (ONGPD).	2	2	0	100%
24	Elaborar projeto(s) de sensibilização, com ou sem financiamento, que promovam a inclusão das pessoas com deficiência a desenvolver junto das camadas mais jovens.	5	8	3	160%

Relatório Operacional | 2025

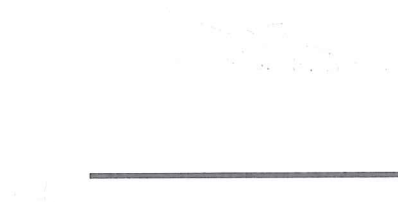
Quanto ao INR, I.P., para além do Programa de Financiamento a Projetos e do Apoio ao Funcionamento, a ADFA integrou conselhos consultivos, *focus groups* e reuniões quadrimestrais com ONGPD, dinamizou ações de sensibilização como “Quebrar Barreiras Vivenciando a Deficiência”, que decorreram em escolas de Bragança, Mira de Aire e Porto de Mós e participou em congressos nas áreas do humanismo, direitos humanos e cidadania, consolidando o seu papel no movimento associativo da deficiência.

Jornal ELO					
N.º	Objetivo	Previsto	Realizado	Desvio	Grau de execução
25	Intentar as edições dos onze números do jornal ELO, preferencialmente em regime de teletrabalho no que respeita ao fecho de cada edição.	11	11	0	100%
26	Responder às solicitações da Plataforma da Transparência da Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC), bem como às interações com outros organismos reguladores da Comunicação Social (Comissão da Carteira Profissional dos Jornalistas, Sindicato dos Jornalistas e outros).	4	4	0	100%
27	Remodelar o grafismo do ELO e melhorar os seus conteúdos.	11	5	-6	45,5%
28	Implementar uma remodelação profunda do Sítio institucional da ADFA e atualizar os seus conteúdos de modo a dinamizar a comunicação interna e externa da Associação.	12	0	-12	0%

No respeitante ao Jornal ELO no objetivo n.º 27, o grau de execução foi apenas de 45,5%, cumprindo-se cinco das onze etapas previstas, pois a Equipa de Redação efetuou algumas mudanças no grafismo, não obstante no ano de 2025 não ter sido ainda aprovada a sua proposta de renovação de conteúdos e grafismo do ELO, entregue à DN em novembro de 2024.

No objetivo n.º 28, o grau de execução foi zero, pois essa meta de doze etapas carecia de adjudicação, por parte da DN, de uma proposta apresentada, em novembro de 2024, o que não ocorreu durante o ano de 2025, transitando para 2026.

O ELO constituiu uma fortíssima ligação com os seus leitores, e em especial com os associados e com todas as Delegações e Núcleos da ADFA. Contribuiu profunda e empenhadamente para a união e coesão na Associação e é um meio de comunicação com a sociedade portuguesa, pois



Relatório Operacional | 2025

continua a ser enviado, sem interrupções, a todos os Órgãos de Soberania, às entidades civis, públicas ou privadas e à Instituição Militar.

A Equipa do ELO também manteve sob sua responsabilidade a gestão da informação no sítio da ADFA na Internet e os contactos com a ERC, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (CCDR LVT) e outras entidades escrutinadoras dos meios de Comunicação Social.

Na conjuntura da ADFA, em 2025, e como nos anos anteriores, não foi possível angariar anunciantes, pois o ELO não dispõe de meios para o processamento de publicidade. Durante o ano de 2025 não foram realizadas quaisquer ações de formação profissional para a equipa de redação.

8 – Recursos humanos

Ao nível da gestão, os recursos humanos da ADFA foram assegurados por associados voluntários, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º dos Estatutos, que determina o exercício das funções a título *pro bono*. Verificou-se uma ligeira diminuição do número de voluntários face a anos anteriores, decorrente sobretudo do envelhecimento dos associados, de problemas de saúde associados à deficiência e de falecimento.

O Quadro n.º 1 apresenta a composição dos Órgãos Sociais Nacionais e locais, que integraram as estruturas consultivas, executivas e fiscalizadoras da ADFA, totalizando 177 voluntários.

Quadro n.º 1 - Órgãos Sociais				
Âmbito	Categoria	Área de atividade	Nº	%
Nacional	Dirigentes	Órgão Deliberativo ²	20	11,24
		Órgão Executivo ³	5	2,81
		Conselho Fiscal ⁴	3	1,69
Local		Órgão Deliberativo ⁵	72	40,45
		Órgão Executivo ⁶	44	25,28
		Conselho Fiscal ⁷	33	18,54
Total:			177	100,00

Relativamente à estrutura funcional, composta por trabalhadores por conta de outrem e prestadores de serviços, englobou um total de 67 trabalhadores, menos um do que no ano transato, conforme evidenciado no Quadro n.º 2.

² Engloba os elementos que compõem a Mesa da Assembleia Geral Nacional (MAGN) e o Conselho Nacional (CN), membros efetivos e suplentes.

³ Inclui os membros que integram a Direção Nacional (DN).

⁴ Abrange os elementos do Conselho Fiscal Nacional (CFN).

⁵ Compreende as Mesas de Assembleia Geral de Delegação e Conselho de Delegação (Açores, Coimbra, Porto e Vila Nova de Famalicão).

⁶ Abrange as Direções das Delegações (DD).

⁷ Integra todos os Conselhos Fiscais de Delegação (CFD).

Relatório Operacional | 2025

Quadro n.º 2 - Trabalhadores e Colaboradores

Quadro n.º 2 - Trabalhadores e Colaboradores					
Âmbito	Carreira/Categoria	Área de atividade	Nº	Total	Total geral
Nacional	Técnico superior	Jurídica; Psicologia; Contabilidade, Documentação e Informação, Serviço Social	5	12	24
	Técnico de computadores III	Informática	1		
	Técnico de computadores I		1		
	Técnico de contabilidade III	Contabilidade	1		
	Técnica de secretariado	Serviços administrativos	1		
	Assistente administrativa de 1.ª	Serviços Médicos Nacionais	1		
	Cozinheira de 2.ª	Restauração	1		
	Motorista	Serviços de apoio	1		
	Prestadores de Serviços	Jurídica	1	12	
		Comunicação Social	1		
		Saúde	8		
		Segurança	2		
Local	Técnico superior	Psicologia e Serviço Social	3	29	43
	Técnico administrativo	Serviços administrativos	6		
	Assistente administrativo de 1.ª		8		
	Assistente administrativo de 2.ª		2		
	Assistente administrativo de 3.ª		1		
	Terapeuta ocupacional		1		
	Auxiliar de ação direta		1		
	Motorista	Serviços de apoio	3		
	Cozinheira de 2.ª	Restauração	2		
	Trabalhador de limpeza	Limpeza	3		
	Prestadores de Serviços ⁸	Técnicos (Saúde, Jurídico, Psicologia, Serviço Social e Informática)	14	14	
Total			67	67	67

⁸ Distribuídos pelas Delegações do Porto (7), Açores (3), Madeira (3) e Famalicão (1).

Abel
JP
data

9 – Recursos financeiros

As fontes principais de financiamento da ADFA são os subsídios, incluindo a subvenção do MDN, e as receitas geradas pelas quotas dos seus associados. Para além destas, a ADFA conta ainda com outros meios de obtenção de recursos financeiros, como a atividade de restauração, os serviços médicos nacionais, os donativos, entre outros, conforme ilustrado no quadro 3. Este quadro apresenta as receitas obtidas no ano de 2025.

Quadro n.º 3 - Recursos Financeiros		
Fontes de financiamento	Valor	%
Quotização	560.929 €	30%
Subsídios e apoio ao funcionamento	774.016 €	42%
Donativos	69.522 €	4%
Outros	439.839 €	24%
Total	1.844.307 €	100%

Relatório Operacional | 2025

10 – Demonstrações financeiras, notas explicativas e parecer do Conselho Fiscal

ADFA - Sede

BALANÇO INDIVIDUAL da Sede de 2025

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
ATIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		2.977.679,61	2.975.211,84
Propriedades de investimento		415.599,57	415.599,57
		3.393.279,18	3.390.811,41
Activo corrente			
Clientes		10.504,63	2.809,43
Outras contas a receber		423.391,97	618.347,18
Diferimentos		4.414,81	3.985,15
Caixa e depósitos bancários		219.538,72	190.935,48
		657.850,13	816.077,24
Total do activo		4.051.129,31	4.206.888,65
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Outras reservas		186.445,58	186.445,58
Resultados transitados		624.345,59	550.947,41
Outras variações no capital próprio		2.985.587,57	2.985.587,57
		3.796.378,74	3.722.980,56
Resultado líquido do período		100.937,79	53.862,79
Total do capital próprio		3.897.316,53	3.776.843,35
Passivo			
Passivo não corrente		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		10.035,96	8.790,45
Estado e outros entes públicos		22.349,77	18.939,76
Financiamentos obtidos		809,93	809,93
Outras contas a pagar		101.439,02	377.120,96
Diferimentos		19.178,10	24.384,20
		153.812,78	430.045,30
Total do passivo		153.812,78	430.045,30
Total do capital próprio e do passivo		4.051.129,31	4.206.888,65

Relatório Operacional | 2025

Alves

Alves

ADFA-Sede

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - Sede dezembro 25

		Montantes expressos em EURO	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....		190.315,11	171.598,49
Subsídios à exploração.....		1.114.377,00	1.039.682,00
Fornecimentos e serviços externos.....		-395.508,07	-394.623,30
Gastos com o pessoal.....		-900.892,27	-835.019,78
Outros rendimentos e ganhos.....		139.146,27	152.924,98
Outros gastos e perdas.....		-28.570,82	-61.906,73
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		118.867,22	72.655,66
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....		-17.972,66	-18.823,48
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		100.894,56	53.832,18
Juros e rendimentos similares obtidos.....		43,23	30,61
Resultado antes de impostos		100.937,79	53.862,79
Resultado líquido do período		100.937,79	53.862,79



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

ANO DE 2025

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31-12-2025	31-12-2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3	4.177.495,15	4.196.776,21
Propriedades de Investimento	3	415.599,57	415.599,57
Activos Intangíveis		3.392,23	3.392,23
		4.596.486,95	4.615.768,01
Activo corrente			
Inventários	4	13.922,55	13.640,85
Clientes		11.180,13	4.621,93
Adiantamentos a Fornecedores		0,00	0,00
Acionistas/sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber	5	173.423,70	141.939,25
Diferimentos		7.991,46	8.394,03
Caixa e depósitos bancários	6	749.904,29	776.683,49
		956.422,13	945.279,55
Total do activo		5.552.909,08	5.561.047,56
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Outras reservas	7	815.649,76	815.649,76
Resultados Transitados		1.354.715,95	1.318.397,97
Outras variações no capital próprio	8	3.233.859,68	3.258.087,57
		5.404.225,39	5.392.135,30
Resultados líquido do período		24.793,85	21.600,75
Total do capital próprio		5.429.019,24	5.413.736,05
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores		13.966,48	15.164,40
Adiantamentos de clientes		40,00	
Estado e outros entes públicos	9	25.316,36	27.305,18
Financiamentos Obtidos		809,93	809,93
Outras contas a pagar	10	64.578,97	79.083,63
Diferimentos		19.178,10	24.948,37
		123.889,94	147.311,51
Total do passivo		123.889,94	147.311,51
Total do capital próprio e passivo		5.552.909,08	5.561.047,56

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

Relatório Operacional | 2025

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	DATAS	
		31-12-2025	31-12-2024
Vendas e serviços prestados	11	865.278,39	874.930,08
Subsídios à exploração	12	630.288,50	575.340,08
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	13	-39.282,34	-38.280,28
Fornecimentos e serviços externos	14	-691.449,65	-708.104,65
Gastos com pessoal	15	-920.391,74	-857.639,40
Outros rendimentos e ganhos	16	347.963,24	380.840,85
Outros gastos e perdas	17	-106.203,80	-144.169,70
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		86.202,60	82.916,98
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	18	-62.072,23	-62.018,53
Resultados operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		24.130,37	20.898,45
Juros e rendimentos similares obtidos		777,48	1.269,91
Juros e gastos similares suportados		-114,00	-567,61
Resultado líquido do período		24.793,85	21.600,75

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

A Direção Nacional

António Manuel Pereira Neves

Presidente

Cândido Manuel Patuleia Mendes

Tesoureiro

José Carlos Ferreira Pavoeiro

Secretário

Arlindo Santos

Vogal

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1. INTRODUÇÃO

A ADFA - Associação dos Deficientes das Forças Armadas, adiante designada por Associação, é uma pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública, fundada 14 de Maio de 1974 tendo como objetivo a defesa e a promoção dos interesses sociais, económicos, culturais, morais e profissionais dos seus Associados.

Tem a sua sede em Lisboa e Delegações em Lisboa, Porto, Coimbra, Famalicão, Faro, Évora, Viseu, Bragança, Castelo Branco, Setúbal, Funchal e Ponta Delgada.

Para fazer face às despesas com o seu funcionamento a Associação conta essencialmente com a quotização paga pelos seus Associados (Nota 11) e com um subsídio do Ministério da Defesa Nacional (Nota 12).

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações com base nos seus registos contabilísticos.

A partir de 1 de Janeiro de 2010 foram adoptadas as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) emitidas pelo IASB – International Accounting Standard Board.

A partir de 2012 a Associação passou a utilizar na elaboração das suas contas o Regime de Normalização Contabilística aplicável às Entidades do Sector não Lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março, utilizando na apresentação das Demonstrações Financeiras o modelo aplicável às ESNL, aprovado pela Portaria nº 105/2011, de 14 de março.

2.2 Activos Fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis utilizados para uso administrativo são registados ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o seu período de vida útil estimado.

2.3 Subsídios à Exploração

Os subsídios à exploração concedidos pelo Estado são reconhecidos como rendimentos na Demonstração de Resultados da Associação (Nota 12).

2.4 Inventários

Os inventários estão valorizados ao custo de aquisição.

2.5 Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

2.6 Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes de vendas e prestações de serviços são reconhecidos no período em que são prestados.

2.7 Procedimentos de Consolidação

O impacto nas contas consolidadas dos procedimentos de consolidação verificou-se ao nível das contas de Devedores e Credores, Custos e Proveitos, cujos saldos de igual montante e de sinal contrário, entre a Sede e as Delegações, foram anulados por compensação de valores.

3. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

	2025	2024
Edifícios e Outras Construções	4.721.308	4.699.336
Equipamento Básico	504.532	492.014
Equipamento de Transporte	139.741	139.741
Equipamento Administrativo	778.875	770.992
Outras Imobilizações Corpóreas	114.383	113.965
Amortizações Acumuladas	-2.081.344	-2.019.272
Investimentos em Curso	415.600	415.600
Valor Líquido de Balanço	4.593.095	4.612.376

O valor dos Edifícios tem essencialmente a sua origem na Sede (3.132.979€), na Delegação no Porto (1.068.725€) e na Delegação nos Açores (265.209€).

4. Inventários

	2025	2024
Mercadorias – Bar/Restaurante	2.504	2.464

Matérias-Primas – Bar/Restaurante	2.934	2.693
Material de Dinamização	5.015	5.015
Material Ajudas Técnicas	3.470	3.470
Total	13.923	13.641

5. Contas a Receber

	2025	2024
Cauções	4.085	4.070
Devedores Diversos	169.339	137.869
Total	173.423	141.939

A rubrica de Devedores Diversos contempla o valor devido pelo IASFA no montante de 18.644 euros.

6. Caixa e Depósitos Bancários

	2025	2024
Caixa	8.638	26.660
Depósitos	741.266	750.023
Total	749.904	776.683

7. Outras Reservas

Estas reservas foram constituídas por transferência dos Resultados Transitados anteriores ao exercício de 2002.

8. Outras Variações no Capital Próprio

	2025	2024
Subsídios	3.042.507	3.044.183
Doações	291.352	213.904
Total	3.233.860	3.258.088

Os Subsídios foram na sua maior parte destinados à construção da Sede da Associação, inaugurada em Novembro de 1993, tendo sido concedidos pelos então Ministérios da Defesa Nacional, do Trabalho e das Obras Públicas. Incluem ainda o valor recebido da Câmara Municipal de Lisboa (334.195 euros) pela cedência do direito de superfície relativo a parte

do edifício da Quinta das Camélias, para instalação do Centro de Acolhimento de Refugiados.

As Doações foram recebidas de Associados e outras entidades tendo-se destinado à construção da Sede da Associação e ao projeto de Residências Assistidas na Quinta das Camélias.

9. Estado e Outros Entes Públicos

	2025	2024
Retenção de Impostos sobre Rendimento	6.619	7.886
Imposto sobre o Valor Acrescentado	256	291
Contribuições para a Segurança Social	18.441	19.128
Total	25.316	27.305

10. Outras Contas a Pagar

	2025	2024
Credores Diversos	64.579	79.083
Total	64.579	79.084

Encontrava-se registado em Credores Diversos a importância de 12.000€ a favor do Núcleo de Maputo, dado que as contas daquele Núcleo ainda se encontravam em verificação.

11. Vendas e Serviços Prestados

	2025	2024
Serviços Médicos	187.363	180.818
Bares e Restaurantes	91.052	84.949
Quotização	560.929	583.599
Outros Serviços	25.934	25.564
Total	865.278	874.930

A variação para menos no valor total, decorre essencialmente de uma menor cobrança de quotas.

12. Subsídios à Exploração

	2025	2024
Ministério da Defesa Nacional - Funcionamento	435.600	396.000
Segurança Social – CAIP/CACI Porto	174.667	161.923

CM do Seixal	1.500	1.500
JF de Castelo Branco	250	250
Segurança Social Governo Regional dos Açores	18.272	15.667
JF de Funchal	0	400
Total	630.289	575.340

A Sede manteve o incremento da Subvenção em 39.000 euros os quais foram destinados ao apoio ao funcionamento do Núcleo de Maputo (Nota 17). Para além de manter este, houve também um acréscimo de mais 39.600€ para comportar o acréscimo de gastos de funcionamento provocados pela inflação, bem como para as atualizações remuneratórias previstas legalmente.

13. Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

	2025	2024
Mercadorias – Bar/Restaurante	0	65
Matérias-Primas - Bar/Restaurante	39.282	38.215
Total	39.282	38.280

Esta rubrica tem expressão única na Delegação do Porto. A Restauração da Sede encontra-se à exploração de terceiros.

14. Fornecimentos e Serviços Externos

	2025	2024
Serviços Especializados	93.298	86.185
Honorários	214.680	230.812
Materiais	10.220	12.571
Energia e Flúidos	87.578	68.465
Deslocações, Estadas e Transportes	31.032	39.248
Limpeza, Higiene e Conforto	35.575	35.508
Maquetagem/Impressão e Expedição do Jornal ELO	25.029	28.465
Outros Fornecimentos	194.036	206.851
Total	691.450	708.105

Apresentou uma variação relevante para mais, nas rubricas de Serviços Especializados e Honorários Energia e Flúidos. As variações para menos encontram-se evidenciadas pelas restantes rubricas. Destaca-se ainda uma variação para menos em Outros Fornecimentos, a qual tem origem na rescisão contratual da parceria entre a Reabilitar em Casa e os Serviços Médicos Nacionais.

15. Gastos com Pessoal

	2025	2024
Ordenados	540.177	502.781
Diuturnidades	34.166	30.901
Subsídio de Férias	51.976	49.970
Subsídio de Natal	47.523	44.457
Subsídio de Alimentação	57.016	60.655
Indemnizações	9.557	7.474
Encargos para a Segurança Social	147.484	135.307
Outros Gastos com o Pessoal	32.496	26.094
Total	920.392	857.639

A variação para mais está diretamente relacionada com ajustes no salário mínimo nacional, bem como da aplicação das novas tabelas salariais referentes às Portarias a que a ADFA está vinculada, ajustes no quadro de pessoal e incremento de gastos formação resultantes da parceria na Fisioterapia da Sede. Os gastos de formação resultantes da parceria, deixaram de existir com a rescisão contratual promovida pela DN junto do parceiro, terminando esta obrigação no final de julho.

16. Outros Rendimentos e Ganhos

	2025	2024
ADFACAR-Apoio à Compra de Viaturas	1.868	4.315
ELO-Publicidade	7.201	1.118
Cartão GALP-Comissões	5.578	6.300
INR - Apoio ao Funcionamento	22.825	21.826
INR - Financiamento a Projetos	5.531	2.819
AT-Conservação de Impostos	25.020	27.018
Ministério da Defesa Nacional - Rede Nacional de Apoio	115.372	121.214
Recuperação de Despesas Sede (inclui Restaurante)	27.706	30.350
Eventos Sociais - Recuperação de Despesas	47.980	55.713
Donativos	44.431	49.020
Diversos Rendimentos e Ganhos	49.187	61.148
Total	352.698	380.841

Não se verificam variações muito significativas, notando-se uma quebra no ADFACAR como resultado da menor procura por este apoio, uma vez que os associados já não trocam de

viatura com a mesma frequência. No caso da recuperação de despesas da Sede, a quebra resulta de uma revisão na imputação de gastos à empresa que explora o restaurante.

Os valores indicados na rubrica Eventos Sociais respeitam à recuperação de despesas efetuadas pelas Delegações, com a realização de convívios e eventos diversos nomeadamente aniversários das delegações e festas de Natal. Os custos suportados com estes eventos são registados na conta Outros Gastos e Perdas (Nota 17).

O detalhe dos Apoios do INR em 2025 encontra-se no seguinte quadro:

Projeto/Designação	Despesa total do projeto	Montante financiado pelo INR
Apoio ao Funcionamento 2025	24.126,37	22.824,56
Apoio a Projetos 2025	13.525,01	5.530,74

Importa referir que no Apoio ao Funcionamento de 2025, apenas foi contabilizada a receita correspondente ao gasto efetivo e considerado elegível para efeitos de financiamento.

O diferencial entre o gasto e o financiamento corresponde ao montante suportado pela ADFA, sendo que os relatórios se encontram em análise por parte do INR.

O detalhe do movimento da RNA – Rede Nacional de Apoio em 2025 pode ser analisado no quadro seguinte.

RNA – Gastos imputados ao projeto

		Lisboa	Porto	Madeira	Açores	Total
1	Ações de Divulgação comparticipadas a 100%	0	0	0	0	0
2	Comparticipação da RNA a 100% nas Consultas/Atendimentos	14.309,33	16.838,47	6.002,69	7.131,81	44.282,30
3	Vencimentos/Honorários Imputados	31.344,79	39.227,63	8.420,85	9.869,31	88.862,58
4	Comparticipação da RNA para Vencimentos/Honorários (80% do ponto 3)	25.075,83	31.382,10	6.736,68	7.895,45	71.090,06
5	Total subsidiado pela RNA (1+2+4)	39.385,16	48.220,57	12.739,37	15.027,26	115.372,36
6	Encargo da ADFA (3-4)	6.268,96	7.845,53	1.684,17	1.973,86	17.772,52

17. Outros Gastos e Perdas

	2025	2024
Apoios a Sócios	5.350	6.576
Apoios a Delegações	14.436	13.801
Eventos Sociais	60.701	92.547
Despesas com Reuniões de Órgãos Sociais/Ato Eleitoral	4.021	10.507
Diversos Gastos e Perdas	21.696	20.739
Total	106.204	144.170

Os valores indicados na rubrica Eventos Sociais respeitam aos custos suportados pelas Delegações com a realização dos eventos referidos na conta Outros Rendimentos e Ganhos (Nota 16).

A verba dos Apoios a Delegações, refere-se ao Apoio ao Funcionamento concedido pela Sede ao Núcleo de Maputo, verba que se encontra compensada em igual valor nos Subsídios à Exploração (Nota 12).

18. Gastos de Depreciação e de Amortização

	2025	2024
Amortização de Equipamento Básico	8.955	9.312
Amortização de Equipamento de Transporte	4.000	4.000
Amortização de Ferramentas e Utensílios	1.221	2.020
Amortização de Equipamento Administrativo	3.981	2.822
Amortizações Diversas	43.916	43.864
Total	62.072	62.019

PARECER DO CONSELHO FISCAL NACIONAL

AO RELATÓRIO E CONTAS DE 2025

De harmonia com o Artigo 27.º dos Estatutos, compete à Assembleia-Geral Nacional Ordinária (AGNO), *apreciar e votar* o Relatório Operacional e Contas da Direção Nacional (DN) e respetivo Parecer do Conselho Fiscal Nacional (CFN).

Para o efeito, o CFN emite o seu Parecer sobre o Relatório e Contas da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), relativos ao exercício de 2025, dando assim cumprimento à alínea b) do Artigo 46.º dos Estatutos – “*Apresentar semestralmente ao Conselho Nacional parecer sobre as atividades e situação financeira da ADFA*” e à alínea c) do mesmo Artigo 46.º - “*Dar parecer sobre o Relatório e Contas anuais da DN*”. Tenha-se presente que, no final do exercício, as atividades e situação financeira relativas ao segundo semestre estão contidas no Relatório anual da DN e respetivas Demonstrações Financeiras, respeitantes a 31 de Dezembro de 2025.

O CFN mantém uma relação de proximidade com a Direção Nacional (DN), que nos tem permitido obter todas as informações e esclarecimentos solicitados, partilhando com os seus membros muitos dos assuntos referentes à gestão interna, assim como também acompanhou a DN em muitas das reuniões e audiências tidas com o Ministério da Defesa Nacional e outras Altas Entidades.

Para a elaboração deste Parecer, o CFN recorreu não só às fontes de informação abaixo referidas, bem como à consulta e análise do Relatório Operacional e Contas de 2025.

1. ATIVIDADE

Do Segundo Semestre de 2025, o CFN destaca, na área iminentemente associativa, o Ato Eleitoral para os Órgãos Sociais Nacionais, acontecido a 25 de Outubro, tal como as Comemorações dos 50 anos da “Luta”, iniciada a 20 de Setembro de 1975, e o 51.º Aniversário da 1.ª Edição do ELO, acontecida a 23 de novembro de 1974; E na área da representatividade e direitos, as audiências com Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional e com os vários Partidos com assento na Assembleia da República, para apresentação do Caderno Reivindicativo; A ADFA esteve representada pela DN em vários eventos realizados pelo Governo, pelos três ramos das Forças Armadas, pelas Associações de Militares e pelas Associações de e para Deficientes.

O Relatório Operacional da Direção Nacional descreve toda a atividade desenvolvida, por áreas de atuação, e a forma como foram utilizados os fundos colocados à sua disposição. O CFN analisou o Relatório, as Contas e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, as quais permitem uma boa compreensão da situação económica e financeira da ADFA.

Assim, os quadros que se seguem evidenciam o cumprimento do Orçamento aprovado pelo Conselho Nacional e a Situação Financeira da ADFA em 31 de Dezembro de 2025.

2. CONTROLO ORÇAMENTAL DA ADFA – ANO DE 2025

	ORÇAMENTO	REALIZADO	DESVIO
Rendimentos da Atividade Associativa	1.266.098	1.292.422	26.324
Vendas	90.000	91.052	1.052
Prestação de Serviços	197.450	191.615	-5.835
Outros Rendimentos e Ganhos	445.075	497.109	52.034
Total das Receitas	1.998.623	2.072.198	73.575
Gastos da Atividade Associativa	726.108	764.000	37.892
Custo das Matérias-Primas Consumidas	37.850	39.282	1.432
Custos com o Pessoal	880.043	920.391	40.348
Fornecimentos e Serviços Externos	678.032	696.679	18.647
Outros Gastos e Perdas	19.170	20.603	1.433
Total das Despesas	2.341.203	2.440.955	99.752
Amortizações	47.000	62.072	15.072
Resultado da Atividade Associativa	-389.580	-430.828	-41.248
Subsídios à Exploração	413.115	455.622	42.507
Resultado Líquido do Exercício	23.535	24.794	1.259

O Controlo Orçamental da ADFA, a que se refere o Quadro anterior, permite comparar os valores realizados com os valores orçamentados, para o exercício de 2025.

Através do quadro apresentado, é possível constatar que o acréscimo de Despesas, originando um desvio desfavorável no montante de 99.752 euros, foi, quase na sua totalidade, compensado com o desvio favorável nas Receitas, no montante de 73.575 euros.

O Resultado do Exercício atingiu o montante de 24.794 euros, inferior em 1.259 euros ao que estava orçamentado. Para este resultado contribuiu, de forma significativa, o Subsídio à Exploração, concedido pelo Ministério da Defesa Nacional, no montante de 435.600 euros.

Dos desvios mais significativos destacamos, nas Receitas, as rubricas Quotizações (-8.161 euros), Serviços Médicos (-4.337 euros) e Outros Rendimentos e Ganhos +52.034 euros. Destes últimos destacamos a rubrica de Donativos que teve um acréscimo de 39.811 euros, em relação ao orçamentado.

Nas Despesas, os Custos com o Pessoal tiveram um aumento de 40.348 euros em relação ao orçamentado, e os Fornecimentos e Serviços Externos +18.847 euros.

Destaca-se como mais preocupante o desvio verificado na cobrança de Quotas (-8.161 euros), principalmente por se tratar de uma situação que se irá agravar e que comparativamente com 2024 a quebra foi de 22.270 euros.

3. SITUAÇÃO FINANCEIRA DA ADFA

BALANÇO EM 31.12.2025

	2025	2024	VARIAÇÃO
ATIVO			
Caixa e Depósitos Bancários	749.904	776.683	-26.779
Outros Ativos	4.803.005	4.784.365	18.640
Total do Ativo	5.552.909	5.561.048	-8.139
PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA			
Reservas e Resultados Transitados	5.404.225	5.392.135	12.090
Resultado do Exercício	24.794	21.601	3.193
Total da Situação Líquida	5.429.019	5.413.736	15.283
Passivo	123.890	147.312	-23.422
Total do Passivo e Situação Líquida	5.552.909	5.561.048	-8.139

A análise do quadro anterior continua a revelar um Balanço que evidencia uma situação de elevada solidez, a qual foi reforçada no exercício em análise, com um Ativo que se manteve estável apesar da ligeira quebra de 8.190 euros. A Situação Líquida de 5.429.019 euros (5.413.736

euros em 2024) tem por contrapartida Depósitos Bancários, no montante de 749.904 euros e Outros Ativos, no montante de 4.803.005 euros, constituídos essencialmente por Imóveis, no valor de 4.593.095 euros. O Passivo da Associação, no montante de 123.890 euros (147.312 euros em 2024), continua a não ser relevante e apresenta uma diminuição relativamente a 2024.

O Resultado do Exercício, no montante 24.794 euros, teve uma variação para mais de 3.193 euros, em relação ao ano anterior. As variações de Receitas e Despesas, mais significativas, em relação ao ano anterior, foram as seguintes:

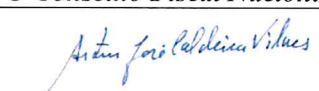
- Quotização: menos 22.270 euros
- Serviços Médicos: mais 6.545 euros
- Donativos: menos 31.607 euros
- Custos com o Pessoal: mais de 60.087 euros
- Subvenção do Ministério da Defesa Nacional: mais 39.600 euros

4. CONCLUSÃO

O Conselho Fiscal Nacional é da opinião que as demonstrações financeiras, da responsabilidade da Direção Nacional, contemplando *Ativos Líquidos, no montante de 5.552.909 euros, uma Situação Líquida de 5.429.019 euros e Resultados do Exercício, no valor de 24.794 euros*, apresentam, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da ADFA em 31 de dezembro de 2025.

O Conselho Fiscal Nacional expressa a sua concordância quanto ao Relatório Operacional e Contas Consolidadas da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, referentes ao exercício de 2025.

Lisboa, 26 de março de 2026

<i>O Conselho Fiscal Nacional</i>

Artur José Caldeira Vilares (Presidente)

11 – Apêndices

Apêndice 1 – Rede Nacional de Apoio

Quadro 1 - Serviços de Apoio Médico, Psicológico e de Reabilitação e Reintegração Social						
Polos/Subpolos	Critério	Especialidade				
		Medicina familiar	Psicologia Clínica	Psiquiatria	Serviço Social	Totais
Polo de Lisboa	Previsto	25	280	260	68	633
	Realizado	33	248	296	62	639
	Desvio	8	-32	36	-6	6
Polo do Porto	Previsto	25	282	357	67	731
	Realizado	27	304	425	57	813
	Desvio	2	22	68	-10	82
Subpolo dos Açores	Previsto	0	230	25	53	308
	Realizado	0	254	1	53	308
	Desvio	0	24	-24	0	0
Subpolo da Madeira	Previsto	0	230	25	36	291
	Realizado	0	212	19	7	238
	Desvio	0	-18	-6	-29	-53
Totais	Previsto	50	1022	667	224	1963
	Realizado	60	1018	741	179	1998
	Desvio	10	-4	74	-45	35

Apêndice 2 – Serviços da Sede Nacional

Quadro n.º 1 - Gabinete dos Órgãos Sociais		
Atividades de apoio aos OSN	N.º	%
Secretariado dos Órgãos Sociais Nacionais	18688	92,72
Apoio ao associado (processo de admissão ao associado, cartões e outros)	678	3,36
Devolução do Jornal ELO	124	0,62
Divulgação de informação	204	1,01
Consignação do IRS	154	0,76
Apoio ao Presidente da DN ⁹	272	1,35
Apoio social ¹⁰	36	0,18
Total:	20156	100,00

Quadro n.º 2 - Serviço de apoio jurídico (Nacional e Delegações ¹¹)		
Atividades	Nacional	
	N.º	%
Apoio jurídico e patrocínio judicial aos associados	1653	95,27
Consultadoria à DN	82	4,73
Totais:	1735	100,00

Quadro n.º 3 - Departamento de Documentação, Informação e Projetos		
Atividades	N.º	%
Tratamento documental (Arquivo e Biblioteca)	1468	27,07
Apoio e/ou atendimento de utilizadores	42	0,77
Recolha de referências bibliográficas	67	1,24
Aquisições/ofertas/permutas	143	2,64
Divulgação de informação	283	5,22
Jornal ELO digital	10	0,18
Cooperação/apoio com escolas e universidades	39	0,72
Apoio a ações da Direção Nacional	115	2,12
Ações e Projetos (Programa de Financiamento a Projetos do INR, I.P.) ¹²	150	2,77
Redes Sociais	72	1,33
Atividade diversas do Departamento	3033	55,94
Total:	5422	100,00

⁹ O apoio ao Presidente da Direção Nacional e o acompanhamento social foram assegurados pela Técnica de Serviço Social, enquanto as restantes atividades ficaram a cargo da responsável pelo Secretariado do Gabinete dos Órgãos Sociais (GOS).

¹⁰ Idem.

¹¹ Este serviço presta apoio jurídico às Delegações de Bragança, Viseu, Coimbra, Castelo Branco, Lisboa, Setúbal, Évora, Faro, Açores e Madeira.

¹² As ações e o projeto desenvolvidos no âmbito do Programa de Financiamento a Projetos do INR, I.P. 2025, foram realizados por duas trabalhadoras de serviços diferenciados (DDIP e GOS).

Relatório Operacional | 2025

Quadro n.º 4 - Departamento Administrativo e Financeiro						
Departamento	Serviço	Atividades	N.º	%	N.º	%
Departamento Administrativo e Financeiro	Serviço de Gestão Financeira	Tesouraria - Caixa - Pagamentos/Recebimentos/registo na folha de caixa e apuramento dos saldos	702	3,55	2976	15,06
		Tesouraria - Bancos - Pagamentos/recebimentos/contolo de saldos e elaboração da respetiva pasta para a Contabilidade	702	3,55		
		Contabilidade - Verificação e arquivo nas respetivas pastas dos documentos para efeitos de contabilísticos, classificação e registo dos mesmos	1302	6,59		
		Contabilidade - Efetuar procedimentos de contabilidade referentes a reconciliações, emissão de balancetes e demais mapas de suporte contabilístico	270	1,37		
	Gestão Financeira dos Serviços	Receção, análise e tratamento de faturação e receitas	12	0,06	327	1,65
		Emissão e exportação de documentação para o exterior	241	1,22		
		Outras ações relacionadas com a gestão dos SMN	74	0,37		
	Serviços Médicos Nacionais (SMN)	Atendimento e apoio aos associados	12640	63,97	13646	69,06
		Apoio aos médicos das diversas valências	594	3,01		
		Agendamento e controlo de tratamentos e faturação da Fisioterapia	217	1,10		
		Contactos com o IASFA	85	0,43		
		Processos de mobilidade e transporte (carta de condução, IUC e dísticos)	50	0,25		
		Outras ações inerentes aos SMN	60	0,30		
	Gestão de pessoal	Aplicação dos requisitos legais da Medicina, Segurança e Higiene no Trabalho	1	0,01	64	0,32
		Pagamento de salários aos trabalhadores e/ou colaboradores e de impostos ao Estado (SS e IRS)	12	0,06		
		Elaboração de mapas de apoio à gestão (DN e Delegações), declaração mensal de remunerações e envio de folha de férias para a seguradora	51	0,26		
		Elaboração de contratos de trabalho	0	-		
	Serviço de Património e Segurança	Manutenção geral (ar-condicionado, elevadores, limpeza, desinfestação, infraestrutura de gás, comunicações, viaturas Sede Nacional e Quinta das Camélias)	329	1,67	1658	8,39
		Outras ações no âmbito do património e segurança	1329	6,73		
	Serviço de informática	Help Desk/apoio informático à Sede Nacional e às Delegações	411	2,08	993	5,03
		Apoio informático aos associados	40	0,20		
		Manutenção, instalação e configuração de hardware/software	126	0,64		
		Criação de novos users de rede	2	0,01		
		Gestão de backups	369	1,87		
		Manutenção de equipamentos informáticos e servidores	2	0,01		
		Assessoria no âmbito da informática à DN e Delegações	43	0,22		
	GALP Frota	Pedidos de novos cartões Galp Frota	40	0,20	95	0,48
		Expedição de cartões Galp para associados e Delegações	24	0,12		
		Cobranças SEPA e gestão de consumos	12	0,06		
		Extratos de consumo	19	0,10		
	Total:		19759	100,00	19759	100,00

Apêndice 3 – Delegações

Quadro n.º 1 - Apoio e/ou atendimento ao associado		
Delegação	Nº	%
Açores	1433	2,73
Bragança	485	0,92
Castelo Branco ¹³	1332	2,53
Coimbra	7297	13,88
Évora	400	0,76
Faro	2293	4,36
Lisboa	12187	23,18
Madeira	5009	9,53
Porto	12446	23,67
Setúbal ¹⁴	180	0,34
Vila Nova de Famalicão	7077	13,46
Viseu	2434	4,63
Total:	52573	100,00

Quadro n.º 2 - Atividades cívicas e culturais		
Delegações	Nº	%
Açores	14	28,57
Bragança	1	2,04
Coimbra	5	10,20
Évora	2	4,08
Lisboa	14	28,57
Madeira	2	4,08
Porto	11	22,45
Totais:	49	100,00

¹³ A Delegação de Castelo Branco deixou de contar, a partir de setembro, com um funcionário a tempo inteiro. Desde então, passou a funcionar apenas dois dias por mês, distribuídos por cada quinzena, dentro do horário normal de expediente.

¹⁴ Dados relativos ao apoio prestado aos associados no período de março a dezembro de 2025, fase em que os atendimentos passaram a ocorrer às quartas-feiras, das 9h15 às 15h30, sendo realizados por um colaborador da sede nacional.

Quadro n.º 3 - Participação associativa		
Delegação	Nº	%
Açores	7	3,50
Bragança	5	2,50
Coimbra	10	5,00
Évora	13	6,50
Faro	3	1,50
Lisboa	29	14,50
Madeira	53	26,50
Porto	48	24,00
Vila Nova de Famalicão	23	11,50
Viseu	9	4,50
Total:	200	100,00

Quadro n.º 4 - Cooperação interinstitucional		
Delegação	Nº	%
Açores	66	10,63
Bragança	2	0,32
Coimbra	7	1,13
Évora	2	0,32
Faro	9	1,45
Lisboa	217	34,94
Madeira	217	34,94
Porto	52	8,37
Vila Nova de Famalicão	13	2,09
Viseu	36	5,80
Total:	621	100,00

Quadro n.º 5 - Representatividade interna		
Delegação	Nº	%
Açores	7	5,93
Bragança	2	1,69
Coimbra	19	16,10
Évora	14	11,86
Faro	12	10,17
Lisboa	5	4,24
Madeira	5	4,24
Porto	34	28,81
Vila Nova de Famalicão	16	13,56
Viseu	4	3,39
Total:	118	100,00

Quadro n.º 6 - Sinalizações no âmbito do PADM		
Delegação	Nº	%
Açores	6	6,67
Bragança	3	3,33
Coimbra	13	14,44
Évora	2	2,22
Faro	3	3,33
Lisboa	27	30,00
Madeira	9	10,00
Porto	21	23,33
Vila Nova de Famalicão	3	3,33
Viseu	3	3,33
Total:	90	100,00

Quadro n.º 7 - Serviços Médicos Nacionais								
Especialidades	Delegações						Totais	
	Lisboa		Porto		V.N. Famalicão			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Cuidados de enfermagem			100	7,33			100	1,33
Fisioterapia (Tratamentos)	2770	45,47					2770	36,81
Estomatologia	249	4,09					249	3,31
Medicina física e de reabilitação	1009	16,56					1009	13,41
Medicina geral e familiar	1547	25,39	297	21,76	68	100,00	1912	25,41
Nutrição			14	1,03			14	0,19
Psicologia (ADM e particulares)	91	1,49	414	30,33			505	6,71
Psiquiatria	351	5,76	540	39,56			891	11,84
Urologia	75	1,23					75	1,00
Totais:	6092	100,00	1365	100,00	68	100,00	7525	100,00

Quadro n.º 8 - Serviço de ação social e apoio social										
Delegações	Atendimento/Consulta/ Acompanhamento		Visitas Domiciliárias e Lares		Visitas hospitalares		Outras atividades		Totais	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Açores	31	2,04	31	28,97	42	36,21	629	17,19	733	13,57
Bragança	4	0,26	4	3,74	10	8,62			18	0,33
Coimbra			2	1,87	3	2,59	1	0,03	6	0,11
Faro	11	0,72					40	1,09	51	0,94
Lisboa	854	56,18	29	27,10	30	25,86	2547	69,61	3460	64,05
Madeira	22	1,45	41	38,32	25	21,55	307	8,39	395	7,31
Porto	598	39,34					123	3,36	721	13,35
Viseu					6	5,17	12	0,33	18	0,33
Totais:	1520	100,00	107	100,00	116	100,00	3659	100,00	5402	100,00

Quadro n.º 9 - Serviço de apoio jurídico às Delegações do Porto e Famalicão		
Atividades	N.º	%
Consultas presenciais a Associados das Delegações do Porto e Famalicão	91	5,69
Elaboração de peças processuais nas ações judiciais pendentes e análise das peças e decisões produzidas em juízo	32	2,00
Elaboração de oposições/reclamações	4	0,25
Elaboração de audiências prévias	1	0,06
Pedido de juntas	1	0,06
Elaboração de requerimentos ao Estado-Maior de cada ramo	1	0,06
Elaboração de requerimentos à CGA e centro Nacional de Pensões	24	1,50
Acesso ao sistema IASFA/ADM que pela especificidade exigem tratamento do Serviço de Apoio Jurídico	330	20,65
Elaboração de requerimentos de pensão preço de sangue/pensão de sobrevivência	2	0,13
Análise de processos e informações e pareceres jurídicos	660	41,30
Pareceres jurídicos à DN	4	0,25
Contatos telefónicos	407	25,47
Assessoria à Direção da Delegação	41	2,57
Total	1598	100,00

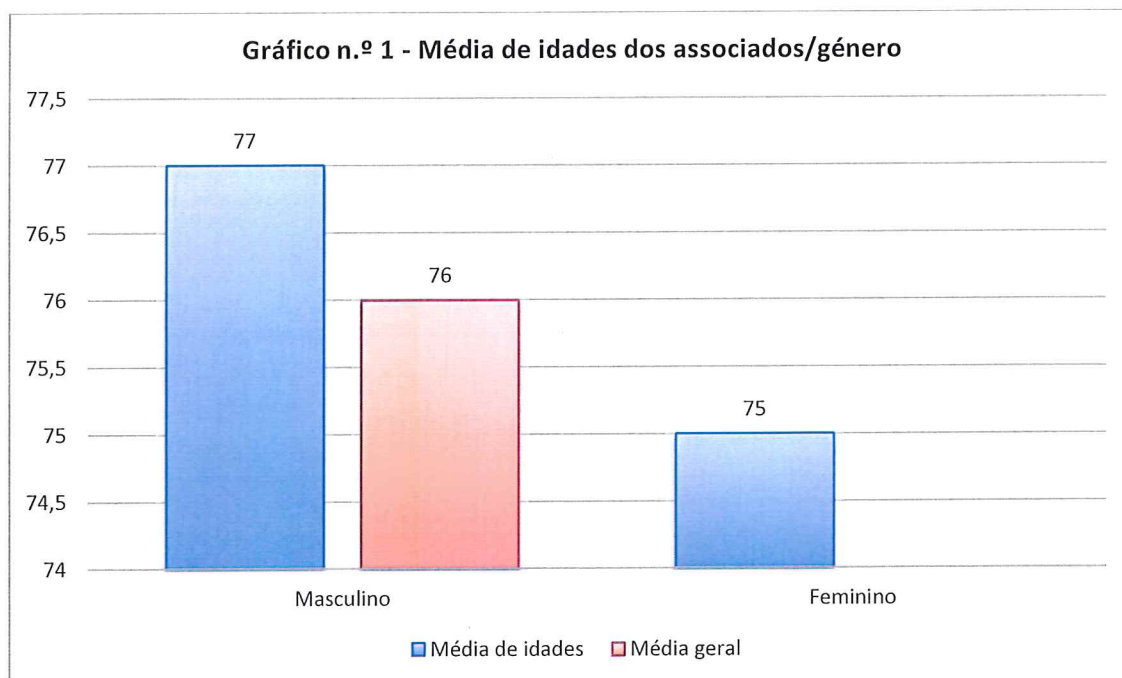
Quadro n.º 10 - Intervenção do Departamento de Apoio Integrado (DAI)		
Atividades	N.º	%
Ações do DAI (reuniões e representação)	65	2,78
Ações do DAI relacionadas com o Serviço de Apoio Médico, Psicológico e Social (SAMPS)	2031	87,02
Intervenções do DAI no Centro de Atividades e Capacitação (CACI)	225	9,64
Projeto Instituto de Reabilitação ADFA (IRA)	13	0,56
Total:	2334	100,00

Quadro n.º 11 - Intervenção do Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)		
Atividades	N.º	%
Terapia ocupacional	825	35,35
Capacitação digital	62	2,66
Sessões temáticas	110	4,71
Nutrição	76	3,26
Movimento e funcionalidade	128	5,48
Natação/hidroginástica	125	5,36
Expressão e dimensão plástica	237	10,15
Total:	1563	66,97

Quadro n.º 12 - Digitalização de processos de associados		
Delegação	N.º	%
Açores	1	0,16
Coimbra	10	1,61
Madeira	37	5,96
Vila Nova de Famalicão	536	86,31
Viseu	37	5,96
Total:	621	100,00

Apêndice 4 – Associados

Delegação	Nº Total de sócios		Quadro n.º 1 – Associados em 2025											
			Efetivos		Pendentes		Falecidos		Abatidos e desistentes		Transferência		Sem possibilidade de contacto	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Açores	121	1,11	2	1,23	1	1,30	2	1,75	85	72,65			39	11,61
Bragança	177	1,62	3	1,84	9	11,69	3	2,63	7	5,98			22	6,55
Castelo Branco	393	3,60	5	3,07	9	11,69			24	20,51				
Coimbra	743	6,81	23	14,11	3	3,90	23	20,18	1	0,85				
Évora	156	1,43	2	1,23										
Faro	384	3,52	9	5,52	7	9,09	9	7,89			1	20,00	189	56,25
Lisboa	4623	42,40	49	30,06	39	50,65	49	42,98			3	60,00		
Madeira	198	1,82	1	0,61	1	1,30	5	4,39			1	20,00	86	25,60
Porto	2629	24,11	43	26,38										
Setúbal	314	2,88	3	1,84										
V. N. Famalicão	725	6,65	13	7,98	4	5,19	13	11,40						
Viseu	440	4,04	10	6,13	4	5,19	10	8,77						
Totais:	10903	100,00	163	100,00	77	100,00	114	100,00	117	100,00	5	100,00	336	100,00



Quadro n.º 2 – Número de quotas regularizadas e por regularizar						
Delegação	Nº quotas regularizadas		Nº quotas por regularizar		Totais	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Açores	77	2,61	44	2,25	121	1,11
Bragança	112	3,79	65	3,33	177	1,62
Castelo Branco	232	7,85	161	8,25	393	3,60
Coimbra	722	24,43	21	1,08	743	6,81
Évora	148	5,01	8	0,41	156	1,43
Faro	139	4,70	245	12,55	384	3,52
Lisboa	3134	106,06	1489	76,28	4623	42,40
Madeira	192	6,50	6	0,31	198	1,82
Porto	1538	52,05	1091	55,89	2629	24,11
Setúbal	153	5,18	161	8,25	314	2,88
Vila Nova de Famalicão	371	12,55	354	18,14	725	6,65
Viseu	312	10,56	128	6,56	440	4,04
Total:	7130	241,29	3773	193,29	10903	100,00

Quadro n.º 3 - Qualificação dos associados por Delegação																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Delegação	Quotas regularizadas																		Quotas por regularizar																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
	DFA				Pensionista de invalidez				GDFA				GDSEN				PPS				Pensão de Sobrevivência				Abrangidos pelo DL 503/99				Processo em curso e outros				Não informado				DFA				Pensionista de invalidez				GDFA				GDSEN				PPS				Pensão de sobrevivência				Abrangidos pelo DL 503/99				Outros				Não informado				Total geral																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%

SIGLAS

ADFA – Associação dos Deficientes das Forças Armadas

ADFAPM - Associação dos Deficientes das Forças Armadas Portuguesas em Maputo

ADM - Assistência na Doença aos Militares

ADN – Arquivo da Defesa Nacional

AGNO – Assembleia Geral Nacional Ordinária

ANS - Associação Nacional de Sargentos

AOFA - Associação dos Oficiais das Forças Armadas

APD – Associação Portuguesa de Deficientes

APD - Associação Portuguesa de Deficientes
CVI - Centro de Vida Independente

AR – Assembleia da República

CCTV - *Clause-circuit Television*

CdE – Conselho de Executivos

CEM's – Chefes dos Estados-Maiores

CEMGFA - Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

CFD – Conselho Fiscal de Delegação

CFN – Conselho Fiscal Nacional

CN – Conselho Nacional

CNOD - Confederação Nacional de Organizações de Pessoas com Deficiência

CP- Comboios de Portugal I.P.

CPP - Comité Paralímpico de Portugal

CVI – Centro Vida Independente

DD – Direção de Delegação

DFA – Deficiente das Forças Armadas

DL – Decreto-Lei

DN – Direção Nacional

ENIPD - Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência

ENIPD - Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência

EPAM - Escola Prática de Administração Militar

FCG - Fundação Calouste Gulbenkian

GIS - Gestão Interna de Sócios

HFAR – Hospital das Forças Armadas

IASFA - Instituto de Ação Social das Forças Armadas

INR, I.P. – Instituto Nacional para a Reabilitação, Instituto Público

IRA - Instituto de Reabilitação ADFA

LC - Liga dos Combatentes

LMN - Laboratório Nacional do Medicamento

MAGD – Mesa da Assembleia Geral de Delegação

MAGN – Mesa da Assembleia Geral Nacional

MDN – Ministério da Defesa Nacional/Ministro da Defesa Nacional

Me-CDPD - Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

NIPC - Número de Identificação de Pessoa Coletiva

ONGPD – Organização Não Governamental de Pessoas com Deficiência

OSN – Órgãos Sociais Nacionais

PADM - Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PTSD - Stress pós traumático

RMMG - Remuneração Mínima Mensal Garantida

RNA - Rede Nacional de Apoio

SHIP - Sociedade Histórica da Independência de Portugal

SMN – Serviços Médicos Nacionais

WVF – *The World Veterans Federation*

